

JUSTIÇA

Governo quer explicação sobre trabalho de ONGs

Para o governo, cerca de 10% das entidades estão funcionando ilegalmente no País

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — Todas as 220 organizações não-governamentais (ONGs) e entidades civis estrangeiras sem fins lucrativos cadastradas no Ministério da Justiça vão ter de explicar, nos próximos 60 dias, como estão atuando no Brasil. O governo estima que pelo menos 10% dessas entidades estejam trabalhando ilegalmente no País e, para comprovar isso, vai exigir que elas apresentem demonstrativos das receitas e despesas referentes aos últimos dois anos e um relatório detalhado sobre suas atividades em território brasileiro. Quase cem

entidades são de São Paulo.

O cadastramento, que será acompanhado pela Polícia Federal, deverá ser o primeiro passo para que o governo faça um levantamento abrangente sobre a atuação das ONGs — estrangeiras e brasileiras — que atuam no Brasil. Entre elas, estão entidades que trabalham em áreas indígenas, uma das maiores preocupações da Fundação Nacional do Índio (Funai) que não tem controle sobre as atividades das ONGs. Entre as 220 entidades estão as Missões Evangélicas da Amazônia, em Boa Vista (RR) e Manaus (AM), e Missão da Amazônia Ocidental, também em Manaus (AM), que trabalham com índios ianomâmis.

Além de centralizar as investigações em algumas dessas instituições, a PF poderá estender sua ação a entidades que indicam crianças brasileiras para adoção de famílias no Exterior.